

Corte de salários no Estado não atinge horas extra de 2010

José Sócrates diz que o Ministério das Finanças teve excesso de zelo no caso dos médicos e deu ordem directa a Teixeira dos Santos para repor a "normalidade" da situação.

O Governo recuou e já não vai penalizar as horas extraordinárias e outros subsídios dos funcionários públicos referentes ao ano 2010 mas que só estão a ser pagos este ano. O corte está previsto no Orçamento do Estado e resultava da redução salarial para quem recebe mais de 1.500 euros por mês.

A ordem para reverter a situação - que estava a acontecer no caso dos médicos, por exemplo - veio directamente do primeiro-ministro, e vai estender-se a todos os sectores da Função Pública, confirmou ao Diário Económico fonte oficial do Ministério das Finanças.

Recorde-se que em Dezembro passado, a Direcção Geral do Orçamento e o Instituto de Informática, tutelados pelo Ministério das Finanças, vieram esclarecer que além dos salários, que sofriam cortes entre 3,5% e 10%, os rendimentos "efectivamente recebidos no mês [a partir de Janeiro], independentemente da data em que foi gerado o respectivo direito do trabalhador à prestação pecuniária", também seriam alvo daquela redução.

Os médicos, que estavam a sofrer cortes nas horas extraordinárias e nocturnas trabalhadas em 2010 e que só estavam a ser pagas este ano, intercederam directamente junto do primeiro-ministro, alegando ser ilegal a

retenção de verbas de trabalho já efectuado e não pago. Um argumento que convenceu José Sócrates. Fonte oficial do gabinete do primeiro-ministro confirmou ao Diário Económico que José Sócrates foi "ocasionalmente informado da ilegalidade" e que intercedeu junto dos ministérios da Saúde e das Finanças para que seja reposta a "normalidade" da situação.

De acordo com o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), o pri-



O gabinete do primeiro-ministro José Sócrates confirmou que intercedeu junto dos ministérios das Finanças e da Saúde para que seja reposta a "normalidade" da situação.

CORTES NAS HORAS EXTRA

3,5% a 10%

As horas extraordinárias e outras remunerações relativas a 2010, mas que só estavam a ser pagas este ano, foram alvo de cortes entre os 3,5% e os 10%.

meiro-ministro terá ficado "surpreso" com a situação, considerando que "as Finanças se excederam muito para além do zelo" e prometendo "interceder directamente sobre o ministro das Finanças para que a retenção termine e se reponha o indevidamente retido nos meses de Janeiro e de Fevereiro", pode ler-se num comunicado publicado no site do SIM.

Também o Ministério das Finanças confirmou ao Diário Económico que "vai trabalhar com o Ministério da Saúde no sentido de encontrar uma solução para a questão agora colocada". Questionado sobre se o recuo do Governo se aplicará aos restantes sectores da Função Pública, a mesma fonte do ministério de Teixeira dos Santos respondeu que defende "o princípio de que a interpretação da lei deve aplicar-se de igual modo para todos".

Os sindicatos dos médicos avançaram para tribunal com centenas de acções para impugnar os cortes. A maioria dos hospitais e unidades de saúde paga as horas extra a uma média de 60 dias, mas há casos em o atraso é de seis meses, alegam os sindicatos, considerando "ilegal e injusto" os médicos sofrerem cortes nas horas extra desempenhadas em 2010, uma vez que o atraso acontece por dificuldades de tesouraria das instituições de saúde. ■ C.D. e M.A.